HUM@NÆ
Questões controversas do mundo contemporâneo

n. 19, n. 2

# MULHERES, CRACK E HIV
## Práticas de redução de danos em um Centro de Convivência em Recife

José Arturo Costa ESCOBAR[1,2]
Ana Clara Menezes de Andrade LIMA[2]

## Resumo

A Redução de Danos dirige intervenções para pessoas em sofrimento psíquico e em contextos de vulnerabilidade social associados ao uso de substâncias psicoativas. Este estudo avaliou ações do Centro de Convivência da Escola Livre de Redução de Danos voltadas a mulheres cis, trans e travestis em situação de rua, exposição à violência e negação de direitos. A partir de 101 registros de acolhimento e 52 participantes do curso “Todas Livres”, observou-se que 73,5% eram mulheres cis, 24,5% trans e 2% travestis. A média de idade foi de 36 anos; 68,3% estavam entre 30 e 59 anos; 79,2% eram pretas ou pardas; 90,6% estavam desempregadas; 67,3% viviam em situação de rua e 23,6% eram egressas do sistema prisional. Violências física, psicológica e sexual foram recorrentes. A testagem para HIV foi elevada (94,2%), com prevalência de positividade de 30,8%. Foi observada forte associação entre uso ativo da substância e infecção. Apesar da alta exposição, apenas 34,6% das mulheres relataram uso regular de preservativo. A adesão à PrEP foi de 13,5% e à PEP, de 21,2%. Os achados evidenciam a importância de fortalecer ações de Redução de Danos com recorte de gênero e raça, ampliar o acesso à

1 Grupo de Estudos sobre Álcool e outras Drogas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil. Email: escobarneip@gmail.com
2 Grupo Esuda de Interlocução Acadêmica, Faculdade de Ciências Humanas ESUDA, Recife, Pernambuco, Brasil.

prevenção combinada e integrar políticas públicas sensíveis às múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por essas mulheres.

**Palavras-chave:** Álcool e Outras Drogas; Infecções Sexualmente Transmissíveis; Redução de Danos; Saúde Mental; Vulnerabilidade Social.

## Abstract

Harm Reduction guides interventions for people experiencing psychological distress and social vulnerability associated with the use of psychoactive substances. This study evaluated the actions of the Community Center of the Harm Reduction Open School aimed at cisgender, transgender, and travesti women living on the streets, exposed to violence, and denied basic rights. Based on 101 intake records and 52 participants from the "Todas Livres" course, 73.5% were cis women, 24.5% were trans women, and 2% were travestis. The average age was 36 years; 68.3% were between 30 and 59 years old; 79.2% identified as Black or Brown; 90.6% were unemployed; 67.3% were homeless, and 23.6% had been incarcerated. Physical, psychological, and sexual violence was frequent. HIV testing coverage was high (94.2%), with a positivity rate of 30.8%. A strong association was found between active substance use and HIV infection. Despite high exposure, only 34.6% of the women reported regular condom use. PrEP adherence was 13.5% and PEP use was 21.2%. The findings highlight the importance of strengthening gender- and race-sensitive Harm Reduction practices, expanding access to combination prevention strategies, and developing integrated public policies that address the multiple vulnerabilities faced by these women.

**Keywords:** Alcohol and Other Drugs; Harm Reduction; Mental Health; Sexually Transmitted Infections; Social Vulnerability.

## Resumen

La Reducción de Daños orienta intervenciones para personas que enfrentan sufrimiento psíquico y vulnerabilidades sociales asociadas al consumo de sustancias

psicoactivas. Este estudio evaluó las acciones del Centro de Convivencia de la Escuela Libre de Reducción de Daños dirigidas a mujeres cis, trans y travestis en situación de calle, expuestas a violencia y negación de derechos. Con base en 101 registros de acogida y 52 participantes del curso “Todas Libre”, se observó que el 73,5% eran mujeres cis, el 24,5% mujeres trans y el 2% travestis. La edad promedio fue de 36 años; el 68,3% tenía entre 30 y 59 años; el 79,2% se identificaba como negra o mestiza; el 90,6% estaba desempleada; el 67,3% vivía en situación de calle y el 23,6% había pasado por el sistema penitenciario. La violencia física, psicológica y sexual fue frecuente. La cobertura de pruebas de VIH fue alta (94,2%), con una tasa de positividad del 30,8%. Se observó una fuerte asociación entre el uso activo de sustancias y la infección por VIH. A pesar de la alta exposición, solo el 34,6% de las mujeres reportó uso regular de preservativos. La adhesión a PrEP fue del 13,5% y el uso de PEP del 21,2%. Los hallazgos destacan la importancia de fortalecer prácticas de Reducción de Daños con enfoque de género y raza, ampliar el acceso a la prevención combinada y desarrollar políticas públicas integradas que aborden las múltiples vulnerabilidades que enfrentan estas mujeres.

**Palabras-clave:** Alcohol y Otras Drogas; Infecciones de Transmisión Sexual; Reducción de Daños; Salud Mental; Vulnerabilidad Social.

**Agradecimentos**

À Fundação de Amparo à Ciência do Estado de Pernambuco (FACEPE) pela concessão de bolsa no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

# 1. Introdução

## 1.1. O paradigma da Redução de Danos

A Redução de Danos (RD) é um princípio que pode ser aplicado a diversas dimensões da vida cotidiana. Assim como se recomenda o uso do cinto de segurança ao dirigir ou olhar para os dois lados antes de atravessar a rua, também

se recomenda, no uso de drogas, estar bem alimentado, hidratado e evitar combinações de substâncias potencialmente perigosas (Forteski; Faria, 2013). Nesse sentido, a RD, quando inserida no campo do cuidado com pessoas que fazem uso de substâncias, sejam lícitas ou ilícitas, pode ser compreendida como uma apologia ao cuidado: um paradigma ou estratégia voltada à promoção da autonomia, da conscientização e da prevenção de riscos e danos associados às diferentes culturas de consumo.

O cuidado entre pares inscreve a produção de saberes no próprio cotidiano das pessoas que fazem uso de drogas. A RD afirma o direito de cada indivíduo fazer uso das substâncias de sua escolha de maneira segura, reconhecendo os possíveis riscos à saúde individual e coletiva. Em oposição ao proibicionismo, essa abordagem compreende que a criminalização das drogas acarreta novos impactos biopsicossociais, reconhecendo o uso de substâncias como parte da experiência humana. Contrapõe-se, assim, à política de “Guerra às Drogas”, frequentemente responsabilizada pelo extermínio da juventude preta e periférica e pelo encarceramento em massa (Lopes; Gonçalves, 2018; Santoro; Pereira, 2018; Boiteux, 2015).

Pessoas que usam drogas, ao falarem e agirem em nome próprio e ao elaborarem estratégias de cuidado que reconhecem a possibilidade do uso, produziram novas referências diante das políticas hegemônicas, que historicamente tendem a invisibilizar essas vivências e saberes (Souza, 2018).

A Associação Internacional de Redução de Danos (IHRA) define a Redução de Danos como uma abordagem que prioriza a prevenção dos danos associados ao uso de drogas, em vez da simples prevenção do uso em si, direcionando suas ações especialmente às pessoas que continuam fazendo uso de substâncias (Domanico, 2018; Elias; Bastos, 2011). Nesse contexto, é importante destacar que a relação com as drogas envolve a interação entre fatores internos (estado psíquico e físico da pessoa), externos (ambiente e contexto) e a própria substância (Coutinho, 2012). A Redução de Danos desloca o foco para essa relação, colaborando na construção de estratégias de uso menos prejudiciais tanto para o indivíduo quanto para a coletividade. Parte da premissa de que a abstinência não é condição obrigatória

para o cuidado, permitindo ações que visam reduzir riscos à saúde, como infecções por HIV/Aids, hepatites e sífilis, ao mesmo tempo em que reconhece a complexidade e as singularidades de cada pessoa. Fundamenta-se, assim, nos direitos humanos e nos princípios de democracia, cidadania e saúde.

Embora os fundamentos éticos e pragmáticos da Redução de Danos estejam bem estabelecidos, ainda há significativa resistência, tanto no campo da saúde quanto na sociedade em geral, em relação a essa abordagem. Esses embates revelam como a abstinência se consolidou historicamente como uma norma moral profundamente enraizada quando se trata do tema das drogas (Souza, 2018). É importante reconhecer que, embora seja possível que uma pessoa escolha viver sem usar drogas, essa meta é inviável em termos coletivos (Elias; Bastos, 2011). Nesse sentido, a RD busca garantir que, caso a pessoa opte pelo uso, isso ocorra com o menor risco possível, o que difere profundamente da ideia equivocada de que a RD promove o uso de drogas (Lopes; Gonçalves, 2018). Assim, qualquer ação que questione a lógica da criminalização e da abstinência, promovendo o acesso de pessoas que usam drogas aos serviços e equipamentos de saúde, configura-se como uma prática de redução de danos.

Com a chegada do século XXI e a implantação dos programas de redução de danos, o contato com pessoas que usam drogas aumentou e foi possível acompanhar a entrada do crack nas cenas grupais de uso de drogas. De imediato, o crack passou a ser a droga de escolha de vários usuários e novas estratégias de redução de danos começam a ser pensadas e testadas como forma de intervenção para o manejo dos usuários de crack.

Segundo o Conselho Nacional de Saúde, em sua portaria 1028/2005, Art. 6º, “Definir que as estratégias de redução de danos incluem a disponibilização de insumos de prevenção ao HIV/Aids e as estratégias da saúde pública dirigidas à proteção da vida e ao tratamento dos dependentes de produtos, substâncias e drogas que causem dependência” (Brasil, 2005). Com isso, uma das primeiras estratégias de Redução de Danos foram as oficinas de construção de cachimbos que até o momento parecia ser uma prática assertiva, na medida em que ajuda o usuário a construir seu próprio aparato de uso para que não haja o seu

compartilhamento, evitando a transmissão de doenças como tuberculose e hepatite C. Outra ação importante para usuários de crack foi a distribuição de protetores labiais e piteiras para uso individual, para que, caso houvesse compartilhamento do cachimbo, pudesse ser adicionada uma piteira de uso individual (Domanico, 2018).

Em síntese, a Redução de Danos configura-se como um paradigma ético, político e técnico que reconhece a complexidade das relações entre sujeitos, substâncias e contextos. Ao deslocar o foco do uso em si para os riscos associados e para a construção de estratégias de cuidado baseadas na realidade dos próprios usuários, a RD rompe com modelos excludentes e moralizantes, valorizando a escuta, o acolhimento e a autonomia. Sua consolidação como política pública, inclusive com respaldo normativo e iniciativas práticas como a distribuição de insumos e a realização de oficinas, reafirma seu compromisso com a proteção da vida, a saúde coletiva e os direitos humanos. Frente aos desafios ainda presentes, a Redução de Danos segue como uma aposta concreta na produção de cuidado digno, acessível e centrado nas pessoas que fazem uso de drogas.

### 1.2. Redução de danos e gênero

As mulheres, nesse cenário, apresentam especificidades que alguns estudos atuais discutem, mostrando o recorte de gênero sobre a questão do consumo de drogas. Dentre outras características existentes há a prostituição como recurso para adquirir a droga, assim como o crescimento do número de mulheres encarceradas em decorrência do tráfico ou do próprio consumo (Santoro; Pereira, 2018; Boiteux, 2015).

Além disso, surgem outras questões como a gravidez de risco e a exposição a infecções sexualmente transmissíveis. No cotidiano, essas mulheres enfrentam contradições e desigualdades sociais, sendo frequentemente culpabilizadas por não corresponderem aos papéis que a sociedade lhes impõe, ou julgadas como moralmente inferiores quando ocupam os espaços públicos. Essas desigualdades, muitas vezes naturalizadas sob justificativas biológicas, atribuem a elas a responsabilidade pelas condições em que vivem, desconsiderando os obstáculos materiais e simbólicos que enfrentam. Isso revela uma maior exposição a diversas

formas de violência, especialmente entre aquelas em situação de maior vulnerabilidade (Assis, 2017). Assim, torna-se evidente que os conflitos centrais da contemporaneidade estão profundamente relacionados a questões de raça, gênero, classe social, orientações sexuais, identidades de gênero e crenças religiosas.

No Recife, a Escola Livre de Redução de Danos surgiu com a proposta de fortalecer os direitos humanos de pessoas que usam drogas, funcionando como um espaço coletivo de aprendizagens e trocas vivenciais. Trata-se de um serviço da sociedade civil de baixa exigência, que oferece banho com produtos de higiene doados, lavagem de roupas, apoio jurídico e psicológico, oficinas, alimentação e espaço para descanso. A baixa exigência refere-se à ausência de pré-requisitos como apresentação de documentos ou abstinência para acessar os serviços e tecnologias sociais disponíveis. Alguns dias da semana são dedicados exclusivamente ao atendimento de mulheres cis e trans em situação de rua, profissionais do sexo e usuárias de drogas. Nesse contexto, torna-se fundamental avaliar estratégias de Redução de Danos voltadas a mulheres que usam crack e vivem com HIV ou outras infecções sexualmente transmissíveis, com o objetivo de fortalecer práticas coerentes com os princípios da Redução de Danos e dos Direitos Humanos (Escobar et al., 2024).

Os estudos sobre a relação das mulheres com o consumo de drogas têm cerca de 50 anos, sendo ainda mais recente o desenvolvimento de intervenções voltadas às suas necessidades específicas diante de usos problemáticos de substâncias lícitas ou ilícitas. Atualmente, há uma escassez de produções que promovam as vozes, práticas e experiências dessas mulheres no contexto do consumo de drogas. Essa lacuna se amplia quando se considera a ausência de abordagens que articulem gênero de forma transversal a diferentes padrões de uso e aos determinantes sociais como classe, etnia, raça, geração e origem. Gênero, classe social, raça/cor, etnia, geração, sexualidade e orientação religiosa se entrelaçam e atravessam todas as dimensões da organização social. Esses determinantes socioculturais moldam as relações sociais e exigem uma análise atenta de suas interações nas experiências individuais e coletivas. Isso nos leva a questionar o paradigma do “sujeito universal”, reconhecendo que o homem branco,

cristão, ocidental e heterossexual não representa a totalidade das vivências humanas (Assis, 2017; Escobar et al., 2024).

Segundo Assis (2017) as desigualdades decorrentes dos constructos socioculturais nas práticas e representações sociais estão em constante interação, forjando assimetrias, subordinações e opressões. Nesse sentido, o gênero (e suas múltiplas identidades que vão além das binárias construções de masculino e feminino) pode ser definido enquanto prática social em constante construção, ou seja, não é algo dado ou natural. Além desse aspecto, o gênero é um conceito relacional, não sendo possível analisá-lo restrito às práticas sociais de homens e mulheres de maneira separada. Essa compreensão teórico-metodológica ampliou os horizontes dos estudos que utilizavam a categoria “mulher” como um novo sujeito universal ou isolado em si mesmo. As relações sociais de gênero, portanto, compreendem a construção dos sujeitos que estão em constante interação.

É importante situar também a relação do consumo de drogas por travestis e transexuais. A produção sobre as experiências das travestis nesse universo ainda é bastante escassa (Escobar et al., 2024). Alguns estudos buscam apresentar as singularidades e especificidades de problemáticas para esses grupos. A partir do contato com o segmento social de travestis, os autores esclarecem que o início do consumo de drogas se dá a partir da relação que esses sujeitos estabelecem no cotidiano da rua, nas atividades voltadas ao sexo. As drogas, nas suas trajetórias de vida, aparecem como expressão das adversidades econômicas, familiares e do não acesso à cidadania. Isso, somado ao rompimento com os padrões heteronormativos, decorrente do estabelecimento de uma nova identidade de gênero que é contrária ao que lhe foi atribuído socialmente, levam-nas a serem consideradas, nos termos de Butler (1993), como abjetas. A abjeção é o lugar do desvio para os indivíduos que não seguem os padrões normativos do gênero (Butler, 1993).

Dessa forma, as travestis compõem o repertório de não-sujeitos, excluídas da lógica da cidadania e da igualdade. A prostituição, portanto, aparece como elemento de sobrevivência e de sociabilidades. Essa escolha, que se caracteriza como “único refúgio”, ao mesmo tempo em que as expõem a diferentes formas de violência, deixam-nas vulneráveis a transtornos mentais e infecções sexualmente

transmissíveis, dentre elas sífilis e HIV/AIDS. Com os rompimentos de laços sociais essenciais, principalmente as relações familiares, e por serem consideradas “abjetas” em seus corpos, desejos e comportamentos, as travestis tomam como medida para a sobrevivência o cotidiano da prostituição. Vale salientar que a prostituição não é uma realidade vivenciada por todas as transexuais e travestis. Contudo, por não conseguirem outras medidas para a sobrevivência, grande número de travestis experienciam a prostituição como forma de garantir rendimentos para a sobrevivência (Butler, 1993; Assis, 2017; Escobar et al., 2024).

Assim, compreender a relação entre gênero e consumo de drogas exige reconhecer as múltiplas intersecções sociais que moldam as experiências de mulheres, travestis e transexuais, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade. As práticas de Redução de Danos precisam, portanto, estar pautadas em abordagens inclusivas, sensíveis às especificidades e aos direitos humanos desses sujeitos, superando visões universais e estigmatizantes para promover cuidado, respeito e justiça social.

### 1.3. Redução de danos e enfrentamento ao HIV: o contexto de Recife

A infecção pelo HIV permanece como um desafio significativo para a saúde pública brasileira. Desde os primeiros casos identificados na década de 1980, o Brasil notificou mais de 900 mil casos de HIV/AIDS, demonstrando a complexidade e a persistência dessa epidemia como uma problemática contínua no campo da saúde pública (Agostini et al., 2019). Pernambuco reflete este cenário nacional, enfrentando desafios específicos relacionados às vulnerabilidades sociais, particularmente para grupos como mulheres usuárias de drogas, com especial destaque ao crack (Medeiros et al., 2023).

Neste contexto, estratégias pautadas na RD surgem como abordagem essencial tanto na prevenção quanto no tratamento das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), incluindo o HIV/AIDS. A Redução de Danos no Brasil, originada como estratégia direcionada inicialmente à prevenção da transmissão do HIV e hepatites entre usuários de drogas injetáveis, ampliou-se substancialmente nas últimas décadas para incluir diferentes formas de cuidado integral e humanizado

para populações em situação de maior vulnerabilidade social (Mesquita, 2020).

No Recife, a experiência dos Consultórios na Rua (CNR) se apresenta como estratégia fundamental nessa abordagem. Instituídos como serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), os CNR trabalham diretamente com populações em situação de rua e usuárias de drogas, buscando reduzir as vulnerabilidades associadas às ISTs e ao HIV/AIDS por meio de práticas ancoradas na promoção da saúde, redução de danos e defesa da cidadania e dos direitos humanos (Medeiros et al., 2023).

As pesquisas realizadas na cidade destacam que as mulheres usuárias de crack estão particularmente expostas ao HIV, devido a condições precárias de vida, baixa escolaridade, desemprego, situação de rua e frequentes episódios de violência física e sexual (Lima, 2023). Este grupo enfrenta ainda barreiras significativas no acesso a serviços de saúde tradicionais, tornando os CNR e outros dispositivos de redução de danos essenciais na mitigação dessas vulnerabilidades e no favorecimento do acesso ao tratamento e aos direitos básicos (Araújo, 2022; Escobar et al., 2024).

Contudo, apesar dos avanços obtidos pela estratégia de RD em Recife, estudos recentes alertam para um contexto de retrocessos decorrentes da implementação de políticas públicas marcadas por uma abordagem mais conservadora e proibicionista, que têm prejudicado a continuidade e eficácia dessas iniciativas. O desmonte das ações de RD na cidade articula-se a interesses econômicos, políticos e ideológicos, culminando em um processo sutil de desarticulação do trabalho desenvolvido pelos CNR, com consequências diretas na saúde pública e no agravamento das vulnerabilidades sociais (Araújo, 2022).

A importância da Redução de Danos transcende a simples prevenção do HIV, destacando-se também na promoção da saúde integral, incluindo o cuidado psicossocial, a proteção dos direitos humanos e a inserção social dos indivíduos afetados pelo consumo problemático de substâncias (Oliveira et al., 2023). Neste sentido, fortalecer as práticas de RD implica também enfrentar os processos de estigma e discriminação que frequentemente permeiam a vida das mulheres usuárias de crack e outras drogas, proporcionando-lhes suporte para o exercício

pleno da cidadania (Lopes; Gonçalves, 2018).

Dessa forma, para que haja um efetivo enfrentamento ao HIV, faz-se essencial não apenas a manutenção, mas o fortalecimento contínuo das estratégias de Redução de Danos em Recife, especialmente aquelas voltadas para as mulheres usuárias de crack, que figuram entre as mais vulneráveis, garantindo-lhes acesso ao cuidado, à prevenção e ao tratamento, além de reafirmar o compromisso com políticas públicas humanizadas e baseadas em evidências científicas (Oliveira et al., 2023; Escobar et al., 2024). O presente projeto teve como objetivo avaliar o perfil social e econômico de mulheres atendidas no Centro de Convivência da Escola Livre de Redução de Danos (Escobar; Vianna, 2024), assim como investigar as relações entre a ocorrência de HIV/AIDS e sua relação com o uso de substâncias psicoativas.

## 2. Metodologia

A pesquisa é do tipo exploratória e descritiva, utilizando-se também de revisão de literatura com estudo sobre bases de dados. Foram estudadas mulheres que se encontravam em condição de vulnerabilidade social e que faziam uso de crack e/ou outras drogas, vulneráveis ao HIV e outras ISTs.

Para o traçado do perfil das mulheres atendidas pela Escola Livre de RD foi utilizado o banco de dados oriundo das Fichas de Acolhimento do Centro de Convivência (n=101), com registros realizados no período de fevereiro de 2021 a dezembro de 2023. Para investigar as relações entre HIV e uso de drogas foi utilizado o banco de dados de cadastro oriundo das beneficiárias do curso de fortalecimento pessoal e social, Todas Livres (n=52), intervenção contida no projeto “Redução de Danos como estratégia para aumentar a adesão aos tratamentos para HIV e outras IST entre pessoas com alta vulnerabilidade social e que usam drogas na cidade do Recife-Brasil”, executado pela Escola Livre de Redução de Danos em conjunto com a organização Mainline (Holanda) e a Rede Latino Americana de Pessoas que usam Drogas (LANPUD), no âmbito do Programa Positive Action, fomentado pela ViiV Healthcare. Nesse projeto, mulheres com HIV/AIDS e outras

ISTs, em condições de extrema vulnerabilidade social, foram atendidas e acompanhadas pelo Centro de Convivência.

O recorte realizado para as análises dos dados teve como critérios de inclusão para o estudo: a) ser beneficiária de projeto na Escola Livre de RD; b) apresentar risco para o HIV/AIDS e/ou outra IST; c) uso de substâncias, lícitas ou ilícitas. Os critérios de exclusão de participação, portanto, foram: a) não viver com ou possuir riscos ao HIV/AIDS ou ISTs; b) não ter registro em atividades da Escola Livre de RD, e; c) não usar substâncias psicoativas.

Ambos os bancos de dados da Escola Livre de RD utilizados no presente estudo foram analisados por meio da seleção dos participantes definida de acordo com os critérios de inclusão e exclusão. Foram selecionadas variáveis, a exemplo das categorias de raça/classe/gênero; uso de substâncias; idade/faixa etária; escolaridade e renda, entre outras, assim como o foco sobre HIV/AIDS. Foram realizadas observações participantes como forma de descrição das atividades, oficinas e acompanhamento das intervenções juntos aos beneficiados pelo projeto. Análises descritivas e inferenciais foram realizadas, como forma de compreender as relações entre variáveis de interesse.

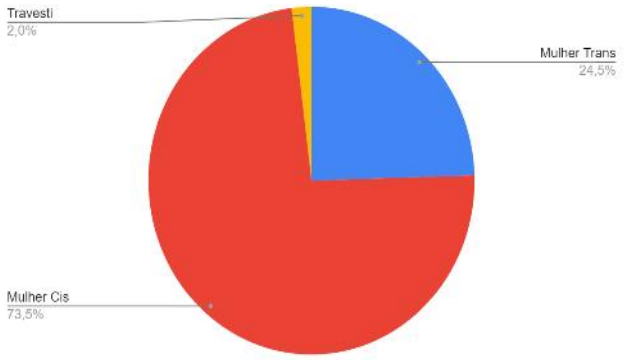
## 3. Resultados e discussão

### 3.1. Perfil de mulheres atendidas no Centro de Convivência

Para a análise do perfil social e econômico das mulheres que usam crack e/ou outras drogas foram utilizadas as Fichas de Acolhimento (fichas de registro) do Centro de Convivência da Escola Livre de Redução de Danos considerando apenas os atendimentos realizados com mulheres cisgêneros, transgêneros e travestis. Os dados acerca do público masculino (cis e transgêneros) atendidos no mesmo serviço não foram incluídos neste estudo. O total de pessoas incluídas no estudo foi de 101 mulheres, atendidas no período de fevereiro de 2021 a dezembro de 2023. Foi observada a prevalência de mulheres cis (73,5%, n=75), já as mulheres trans compuseram 24,5% (n=24) da amostra e as travestis com 2% (n=2) (Figura 1). A idade média das mulheres atendidas foi de 36 anos (dp= 11,6 anos), variando de 15 anos a 77 anos. A faixa etária mais prevalente foi a de adultos maduros (30 a 59

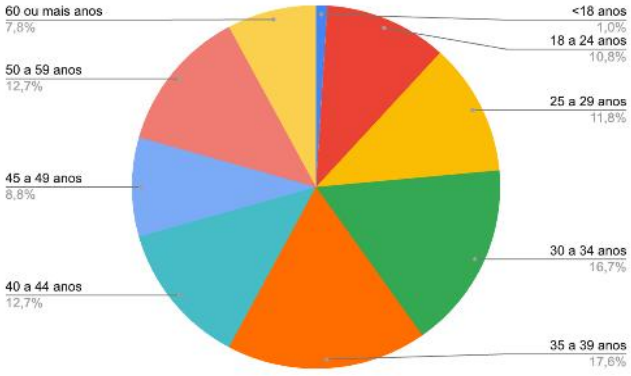
anos), com frequência de 68,3%. A frequência de jovens (até 29 anos) foi de 23,6% e idosos (60 ou mais anos) foi de 7,8% (Figura 2).

**Figura 1.** Distribuição percentual de mulheres atendidas segundo a identidade de gênero.




Fonte: os autores.

**Figura 2.** Distribuição percentual das faixas etárias das mulheres atendidas no Centro de Convivência.




Fonte: os autores.

Estudos de perfil de atendimento a pessoas que usam álcool, crack e outras drogas em serviços especializados (Caps AD, Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas) apresentam quantitativos variáveis de frequência das mulheres. De forma geral, observamos uma baixa frequência de mulheres nesses serviços (Escobar et al., 2024). Por exemplo, no estudo de Silva et al. (2011), a frequência de mulheres no Caps AD na cidade de Camaragibe-PE foi de apenas

10,8%. A baixa frequência de mulheres também foi observada no estudo de França et al. (2022), realizado no Caps AD do município de Vitória de Santo Antão-PE, cuja frequência foi de 6,2%, considerada pelas autoras como extremamente baixa, uma vez que o Caps AD III desse município atende a demanda de outras cidades da mesma região (Zona da Mata Pernambucana). Há de se considerar o tamanho dos municípios, embora a cidade de Camaragibe seja pertencente à Região Metropolitana do Recife. Mesmo em outros municípios fora do Nordeste brasileiro foi possível observar o percentual baixo de atendimento a mulheres, como em um Caps AD da Região Metropolitana de Curitiba, com frequência de 8% (Oliveira et al., 2017).

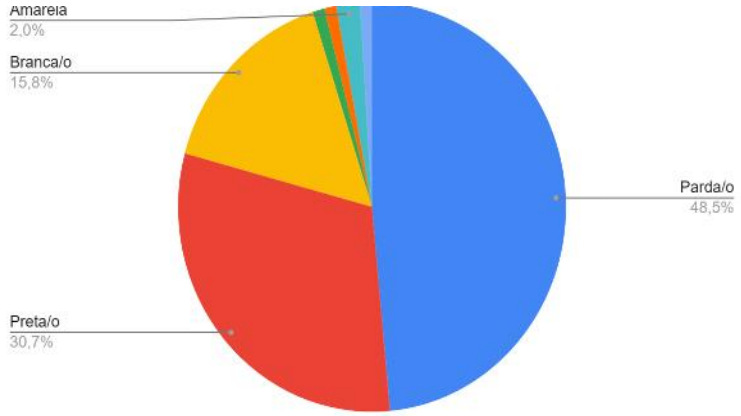
Um percentual similar de atração de mulheres a serviços especializados no atendimento de pessoas que usam drogas foi observado no estudo de Almeida (2011), que observou a frequência de 23,8% de mulheres em um Caps AD de Recife, mesma cidade abrangida pelo presente estudo, sem revelar o serviço específico. Nenhum dos estudos definiu categorias de identidade de gênero, bem como comumente não foram apontadas explicações ou hipóteses sobre as barreiras de acesso das mulheres a esses serviços.

Segundo a análise referente ao recorte mulheres em relação à variável raça/cor/etnia demonstrou-se uma maioria de pessoas atendidas de cor parda (48,5%, n=50), seguidas das pretas (30,7%, n=33), assim, um total de pessoas pardas e pretas de 79,2%. Apenas 15,8%(n=16) das mulheres (cis ou trans) se autodeclararam brancas e uma minoria se autodeclarou amarela (2%, n=2), apenas 1 pessoa se autodeclarou indígena, conforme demonstra a Figura 3.

A baixa escolaridade de pessoas em situação de vulnerabilidade e que usam álcool e outras drogas foi observada em diversos estudos e também se repetiu nos dados analisados (Bastos; Bertoni, 2014). Nenhuma pessoa com nível superior completo foi encontrada na amostra, já as pessoas com ensino médio (completo ou incompleto e técnico) e ensino superior incompleto representaram 37,7% da amostra. Todas as demais pessoas apresentaram níveis mais baixos de escolaridade, com apenas 10% delas concluintes do ensino fundamental e 42,3% delas com escolaridade abaixo do ensino fundamental completo (Figura 4). Tais

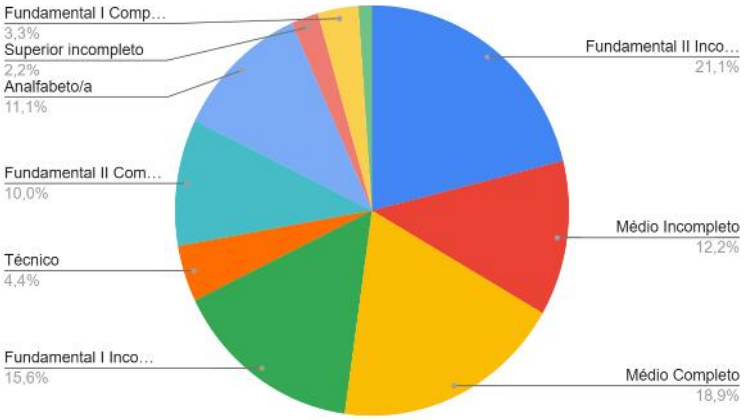
valores parecem implicar que o Centro de Convivência da Escola Livre de RD foi capaz de atrair mulheres em extrema vulnerabilidade, uma vez que tais níveis de escolaridade foram muito abaixo do que fora observado nacionalmente no publico feminino, onde se observou cerca de 76% das mulheres com escolaridade mínima de ensino fundamental completo ou maior (Jalil et al., 2014).

**Figura 3.** Distribuição e percentuais de mulheres e travestis atendidas no Centro de Convivência segundo a cor/raça/etnia.




Fonte: os autores.

**Figura 4.** Distribuição e percentual de mulheres atendidas pelo Centro de Convivência segundo a escolaridade.




Fonte: os autores.

Ao que se refere com a análise do desemprego, chamou a atenção que 90,6% das mulheres não tinham emprego no momento do registro. Tal advento

empurra tais mulheres para a prostituição e exploração sexual, principalmente as mulheres transgêneros, ampliando o espectro de vulnerabilidades sociais, incluindo o contágio por HIV e outras ISTs (Bastos; Bertoni, 2014; Escobar et al., 2024). Neste serviço, registraram-se relatos de mulheres trans vítimas de tráfico de pessoas para a exploração sexual. Apenas 9,4% tinham um emprego, facilitando assim o seu sustento financeiro, além de outras questões como a possibilidade de moradia, higiene, dignidade e o sustento de suas famílias, pois 62,9% das mulheres possuíam um ou mais filhos. O elevado número de gestações entre essas mulheres já fora demonstrado em estudo epidemiológico nacional (Jalil et al., 2014).

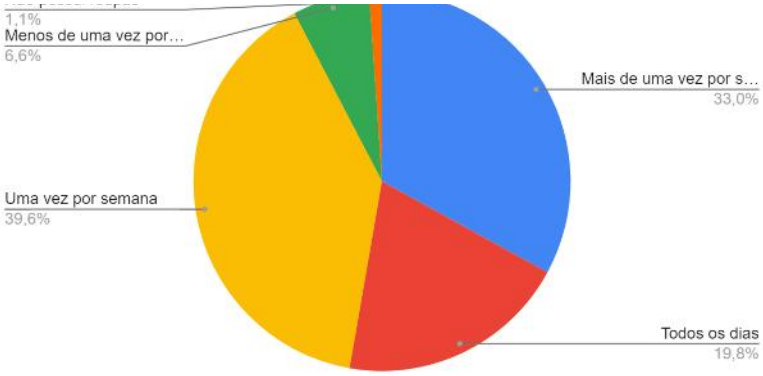
A análise referente ao estado civil das mulheres atendidas foi predominantemente de mulheres solteiras (72,8%), seguido pelas que se declararam casadas (13%). Já 5,8% se declararam em união estável, 4,3% divorciadas e 2,2% viúvas. Quanto à orientação sexual das mulheres pode ser constatado que 85,7% se declararam heterossexuais, enquanto 7,1% se declararam bissexuais e, também 7,1% homossexuais.

Ao analisar o percentual de mulheres em situação de rua, foi demonstrado que 67,3% das mulheres estavam em situação de rua no momento do registro e também dormiam nas ruas. 18,8% declararam que estavam em situação de rua, mas não dormiam na rua, assim, abrigadas em albergues públicos, em casa de amigos ou familiares. Apenas 13,9% disseram não estar em situação de rua.

O Centro de Convivência da Escola Livre de Redução de Danos é um espaço de acolhimento que oferta uma série de ações básicas de saúde, como a distribuição, lavagem e secagem de roupas e distribuição de insumos para higiene bucal, por exemplo (Escobar; Vianna, 2024; Escobar et al., 2024). Na amostra analisada, 87,2% afirmaram usar os serviços de lavagem/secagem de roupas, afirmando que utilizavam anteriormente lugares como as fontes de água em praças, ou torneiras disponibilizadas por certas instituições filantrópicas ou de serviços públicos. Ao acessar a informação sobre a frequência de higienização de roupas dessas mulheres, constatou-se que apenas 19,8% lavavam roupas diariamente. Considerando-se que a cidade de Recife apresenta temperaturas elevadas em quase todo o ano (23°C a 31°C), a higiene corporal por banhos foi feito com mais

frequência, mas utilizavam a mesma roupa após o banho. Foi observado que 47,3% das pessoas lavam roupas uma vez na semana ou menos (Figura 5).

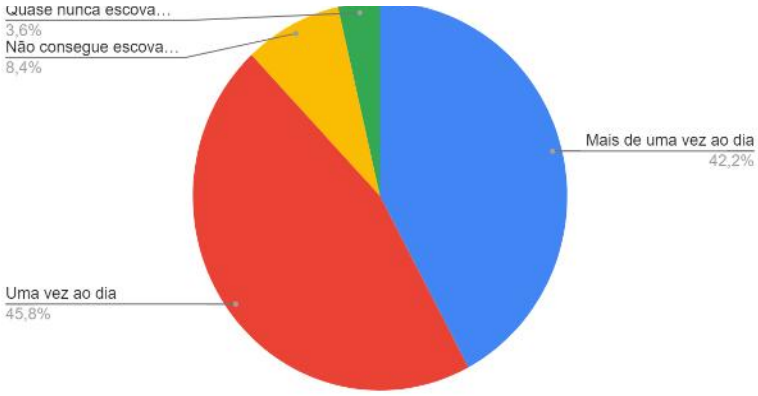
**Figura 5.** Distribuição e percentual de mulheres atendidas pelo Centro de Convivência segundo a frequência de lavagem de roupas.




Fonte: os autores.

A análise da frequência na qual as mulheres conseguem tomar banho mostrou que 39,5% conseguiam mais de uma vez ao dia, 51,2% apenas uma vez ao dia e 9,3% não conseguiam tomar banho. Enquanto 42,2% das mulheres escovavam os dentes mais de uma vez por dia e 45,8% escovavam pelo menos uma vez por dia, 8,4% nem conseguiam escovar os dentes diariamente (Figura 6). Os dados nos mostram a realidade que muitas mulheres enfrentam no seu dia a dia com a falta de acesso a necessidades básicas que não são atendidas de maneira adequada devido a diversos fatores, desde a falta de moradia a determinadas informações que essas mulheres não conseguem alcançar. As mulheres enfrentam barreiras relevantes para o acesso a serviços especializados, nos quais são frequentemente vítimas de discriminação e preconceitos, e têm suas necessidades específicas simplesmente ignoradas (Green, 2006).

**Figura 6.** Distribuição e percentual de mulheres atendidas pelo Centro de Convivência segundo a frequência de escovação dental.

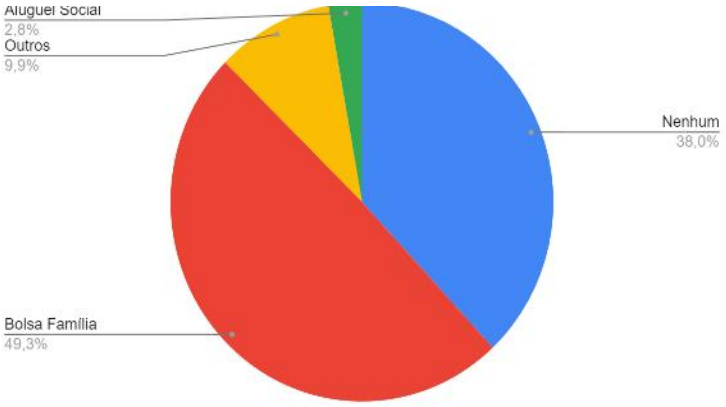



Fonte: os autores.

Na análise de atendimento por outros tipos de serviços, 59,6% das mulheres relataram a frequência a outros lugares utilizam, ou seja, 40,4% não tinham qualquer outro vínculo com serviços para atender às suas necessidades. Outro fator de vulnerabilidade dessa população foi que 38% das mulheres relataram também não receber nenhum tipo de benefício social, enquanto 49,3% recebiam o Bolsa Família, 2,8% eram beneficiadas com aluguel social e 9,9% afirmaram acessar outros benefícios, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), por exemplo (Figura 7). O acesso à moradia e outros abrigamentos é um direito sistematicamente negado a essas mulheres, com alcance irrisório das políticas públicas com essa finalidade a esse público específico, como apontaram os presentes dados.

A passagem pelo sistema prisional de pessoas que usam crack no Brasil foi relatada por 48,8% das pessoas que usam crack, de acordo com os dados nacionais (Bertoni e Bastos, 2014). No presente estudo, as mulheres egressas do sistema penitenciário foram de 23,6%, enquanto 76,4% relatam que nunca passaram por tal sistema. As motivações intrínsecas não foram informadas no presente estudo, entretanto, os relatos de vida acessados nas convivências mostram um grande leque tais quais a posse ilegal de drogas e armas brancas, furtos e roubos, brigas, mais raramente homicídios. Tais motivos, entre outros, foram também relatados na Pesquisa Nacional do Crack (Bertoni e Bastos, 2014).

**Figura 7.** Distribuição e percentual de mulheres atendidas pelo Centro de Convivência segundo o acesso a benefícios sociais.




Fonte: os autores.

Os dados apontam para a necessidade de estratégias de ampliação de acesso das mulheres atendidas na Escola Livre de Redução de Danos para a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE) (de Sá e Flores, 2021). A inclusão das pessoas pode se fortalecer pelo incremento social e econômico de pessoas em extrema vulnerabilidade social, reconectando à família, comunidade e sociedade produtiva, seja por meio das políticas públicas, ações da sociedade civil organizada e ações filantrópicas realizadas principalmente por grupos religiosos.

A necessidade de ampliação de acesso às políticas públicas também se expressa pelo dado alarmante de que 43% das mulheres atendidas no Centro de Convivência não apresentaram qualquer contato com familiares, assim, condizentes com as situações de alta complexidade socioassistencial, com rompimentos de vínculos familiares de curto ou longo prazo.

Os dados encontrados podem refletir acerca da efetividade das políticas públicas em provocar mudanças substanciais no referido público com consequente mudança de perfil. A Pesquisa Nacional sobre o Uso de Crack no Brasil (Jalil et al., 2014) demonstraram características de perfil que se repetiram em diversas variáveis avaliadas no presente estudo, tais como às frequências de raça/cor/etnia (78,56% de pessoas não brancas), mas também diferenças, a exemplo da média de idade, mais jovem na pesquisa nacional quando comparado com o encontrado no presente estudo (29,6 vs 36 anos). A frequência de pessoas jovens (até 29 anos) no presente

estudo foi menor do que o observado por Jalil et al. (2014), assim, o público com maior idade faz levantar a hipótese se este não é um efeito de permanência de vida das pessoas em extrema vulnerabilidade social e que usam crack com ampliação de programas de cuidado a pessoas que usam drogas na última década.

Ainda, determinantes sociais como a escolaridade se apresentaram mais agravadas no presente estudo do que os dados levantados na Pesquisa Nacional do Crack (Jalil et al., 2014), o que pode nos levar à suposição de um forte viés de seleção na presente amostra ou mesmo considerar a efetividade de políticas de educação para jovens e adultos para o recorte do público específico em extrema vulnerabilidade social e uso de drogas. A escolaridade dessas mulheres não tem se refletido no aumento de oportunidades de empregos, com mais de 90% delas informando situação de desemprego. Tais condições socioeconômicas vulnerabilizam ainda mais as mulheres, levando-as ao envolvimento com condições adversas para o sustento financeiro. Na pesquisa de Jalil et al. (2014) foi registrado que cerca de 24% das mulheres desenvolveu alguma atividade ilícita para conseguir dinheiro para obter drogas e 48% relatou ter feito sexo para conseguir dinheiro ou drogas.

### 3.2. HIV e uso de drogas

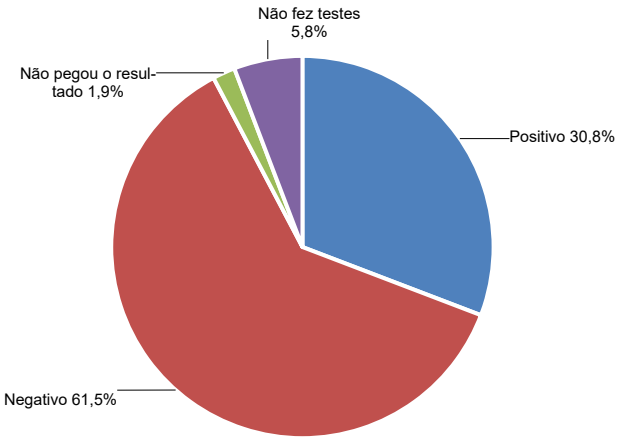
Durante o ano de 2024, foi oferecida uma estratégia específica pelo Centro de Convivência da Escola Livre de RD, um curso de fortalecimento social e pessoal denominado de “Todas Livres: Redução de Danos para todas as pessoas”. Nesse curso, foram oferecidas oficinas semanais com duração de um turno, com foco em temas relacionados à promoção de saúde e prevenção, por exemplo, ao HIV e outras ISTs, uso de substâncias, preconceitos, racismo, machismo, violências, assim como foram tratados temas como planejamento financeiro, história de vida e desenvolvimento pessoal. As cursistas recebiam uma bolsa mensal de 200 reais como incentivo à participação, bem como encontravam facilitação para acessar outros benefícios sociais. A duração total dos cursos foi de 6 meses. Nessas ocasiões, parcerias com a Prefeitura do Recife garantiram o acesso a testagens ao

HIV e outras ISTs, bem como encaminhamentos para outras redes de serviços e tratamento.

A análise realizada permitiu evidenciar a importância das relações existentes entre o uso de substâncias psicoativas, comportamento sexual e vulnerabilidades ao HIV entre a população estudada. A realização do teste de HIV demonstrou-se alta, com 52 mulheres (94,2%) afirmando já terem realizado o teste pelo menos uma vez na vida. Desses, um percentual significativo revelou ter recebido resultado positivo (30,8%, n=16), 1,9% nunca buscou o resultado, 5,9% nunca fizeram os testes na vida e a maioria relatou resultado negativo (61,5%, n=32) (Figura 8).

Este dado revelou-se alarmante, com uma prevalência de HIV acima da média geral da população brasileira, estimada em torno de 0,4% na população adulta geral (Agostini et al., 2019). O viés de seleção na amostra foi claro, e de forma alguma tem caráter probabilístico, assim, observada a natureza de ser uma intervenção que busca atrair as pessoas com soropositividade ao HIV nesse projeto específico. Porém, conclama a atenção tal achado, uma vez que outros estudos como o de Jalil et al. (2014), registraram prevalência de 8,17% de HIV em mulheres usuárias de crack nacionalmente, ou no estudo de Santos et al. (2016), com prevalência observada de 9,9% de HIV, no mesmo público e em Pernambuco, estado onde está situado o Centro de Convivência da Escola Livre de RD. Outrossim, observou-se que a atividade possuiu atração importante para alcançar o principal público-alvo no projeto.

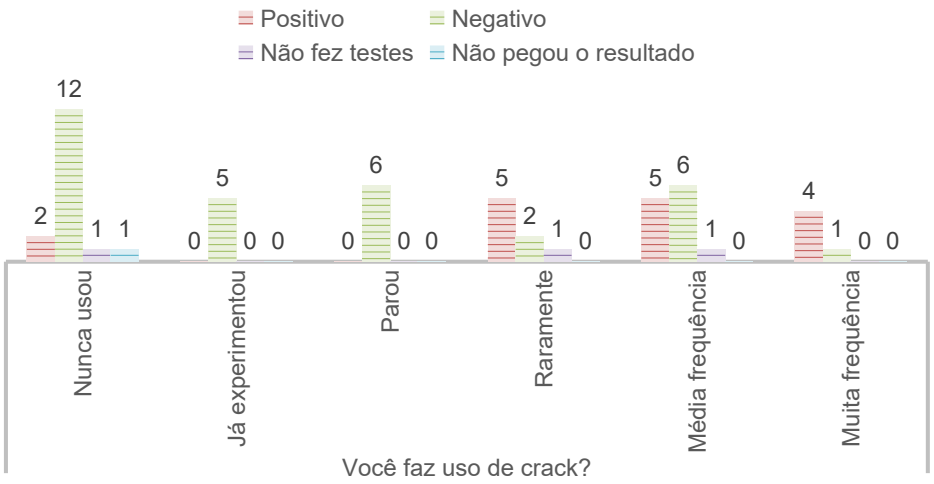
**Figura 8.** Resultados da testagem de HIV/AIDS nas mulheres atendidas pela Escola Livre de Redução de Danos no curso Todas Livres.




Fonte: os autores.

Observando especificamente a relação entre o uso de crack e resultados positivos para HIV (Figura 9), destacou-se que das 16 pessoas que apresentaram resultados reagentes, 56,2% relataram o uso de média ou elevada frequência dessa substância, 31,3% usaram crack raramente e 12,5% nunca usaram na vida. Tais resultados corroboram os achados de estudos anteriores que observaram a relação do uso de crack à maior exposição a riscos de infecção por HIV devido às práticas sexuais de risco e ao contexto de vulnerabilidade socioeconômica e psicossocial inerentes a essa população vulnerada (Jalil et al., 2014; Santos et al., 2016; Medeiros et al., 2023; Lima, 2023).

**Figura 9.** Padrão de uso de crack pelas mulheres atendidas pela Escola Livre de Redução de Danos.




Fonte: os autores.

A relação da vulnerabilidade ao HIV foi evidente nos dados levantados, observado que 87,5% das pessoas apresentava o uso ativo de crack (rara, média e elevada frequência). Ao aglutinar as variáveis de uso de crack em uso ativo, uso inativo (já experimentou e parou o uso) e nunca usou, observou-se a prevalência de resultados reagentes ao HIV entre as pessoas com qualquer frequência de uso de crack, e um pequeno percentual entre os que nunca usaram (Tabela 1). Ainda, 17,3% (n=9) das pessoas relatou infecção por sífilis e 3,8% (n=2) por hepatites.

**Tabela 1.** Padrão de uso de crack pelas mulheres atendidas pela Escola Livre de Redução de Danos.

| **Resultado HIV** | **Você faz uso de crack?** | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Nunca usou | Uso inativo | Uso ativo | **Total** |
| Positivo (reagente) | 2 (3,8 %) | 0 | 14 (26,9%) | **16 (30,7%)** |
| Negativo ou desconhecido | 14 (26,9%) | 11 (21,2%) | 11 (21,2%) | **36 (69,3%)** |
| **Total** | **16 (30,7%)** | **11 (21,2%)** | **25 (48,1%)** | **52 (100%)** |

No que concerne às práticas sexuais, os resultados apontaram que 38,5% (n=20) tiveram relações sexuais com mais de um parceiro nos últimos seis meses, 46,2% (n=24) com apenas um parceiro e 15,4% (n= 8) não fizeram sexo no período. Apesar disso, apenas 34,6% afirmaram usar preservativo em todas as relações

sexuais, enquanto 25% usavam apenas em algumas relações e 25% não utilizam preservativos. Essa baixa frequência no uso sistemático de preservativos pode contribuir diretamente para a vulnerabilidade ao HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) (Santos et al., 2016; Mesquita, 2020).

Além disso, a prática de sexo transacional, isto é, como trabalhadora do sexo ou trocando sexo por dinheiro ou mercadorias, apresentou-se significativamente alta na amostra, no qual 29 pessoas (55,8%) afirmaram ter se envolvido nessa prática nos últimos seis meses. Este fator, associado ao baixo uso de preservativo regular, potencializa as vulnerabilidades à infecção pelo HIV, conforme relatado em diversos estudos sobre saúde sexual de populações vulneráveis, especialmente mulheres usuárias de drogas em situação de rua (Medeiros et al., 2023; Oliveira et al., 2023).

Quanto ao uso de profilaxias específicas, observou-se baixa adesão. A Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) foi realizada por apenas 13,5% dos participantes (n=7), enquanto 86,5% (n=45) nunca utilizaram este método preventivo. A adesão à Profilaxia Pós-Exposição (PEP) também foi reduzida e apenas 21,2% (n=11) afirmaram já ter feito uso dessa estratégia após exposição ao risco. A baixa utilização dessas estratégias preventivas pode ser reflexo do desconhecimento, dificuldade de acesso aos serviços ou estigma associado ao uso dessas profilaxias (Agostini et al., 2019).

Portanto, torna-se evidente que estratégias robustas de Redução de Danos são essenciais para enfrentar o HIV em populações vulneráveis, como mulheres usuárias de crack em situação de rua em Recife. As práticas de Redução de Danos possibilitam uma abordagem integral, que contempla a prevenção, tratamento e promoção de saúde, contribuindo para a redução da transmissão do HIV e para a melhoria geral das condições de vida dessas pessoas (Mesquita, 2020; Medeiros et al., 2023). Na intervenção específica, das 16 pessoas com resultados positivos ao HIV, apenas 1 informou não ter iniciado o tratamento (1,9%) e nenhuma das pessoas informou tê-lo descontinuado.

Esses dados indicaram uma associação expressiva entre a frequência de uso de crack e uma prevalência aumentada de HIV. Usuários com qualquer frequência de uso demonstram níveis mais elevados de exposição ao HIV, provavelmente

devido às situações de maior vulnerabilidade social e comportamento sexual ou de uso de drogas com maior risco, frequentemente associadas ao uso contínuo e frequente do crack. Essas evidências reforçam a necessidade essencial da implementação e fortalecimento das estratégias de Redução de Danos, especialmente voltadas às mulheres que usam crack, como forma de prevenção, promoção de saúde e garantia do acesso ao tratamento e ao diagnóstico precoce do HIV.

## 4. Considerações

Os achados deste estudo evidenciam o alto grau de vulnerabilidade social, econômica e sanitária vivenciado por mulheres, cisgênero, transgênero e travestis, que fazem uso de crack e outras drogas e que frequentam o Centro de Convivência da Escola Livre de Redução de Danos, no Recife. Observou-se que essas mulheres foram atravessadas por múltiplos marcadores sociais de desigualdade, como o desemprego, baixa escolaridade, ausência de vínculos familiares, exposição à violência, racismo e transfobia. Além disso, o estudo indicou uma elevada prevalência de HIV, especialmente entre usuárias ativas de crack, reafirmando a urgência de estratégias que aliem cuidado, prevenção e políticas públicas baseadas em direitos humanos.

As ações da Escola Livre de RD demonstraram potencial para atrair e acolher um público historicamente marginalizado pelos serviços tradicionais de saúde e assistência social, funcionando como espaço de proteção, escuta e fortalecimento. As oficinas, os serviços de higiene e as práticas de cuidado ampliado demonstraram ser estratégias eficazes de promoção de saúde e redução de riscos.

A análise dos dados confirmou que a Redução de Danos, quando guiada por uma perspectiva interseccional, sensível às questões de gênero, raça e classe, pode não apenas mitigar danos associados ao uso de drogas, mas também promover cidadania, autonomia e dignidade. A existência de espaços específicos para mulheres, especialmente aquelas em situação de rua, profissionais do sexo e pessoas vivendo com HIV, é essencial para superar barreiras estruturais e simbólicas que dificultam o acesso a políticas públicas.

Concluiu-se, portanto, que a consolidação e ampliação de serviços de Redução de Danos voltados às mulheres em contextos de vulnerabilidade é uma estratégia indispensável para a efetivação do cuidado em liberdade. Espera-se que os dados aqui apresentados sirvam de base para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e para o fortalecimento de redes de apoio que reconheçam a complexidade das trajetórias dessas mulheres, contribuindo para a transformação de suas condições de vida e para o enfrentamento das iniquidades sociais.

## 5. Referências

AGOSTINI, Rafael; ROCHA, Fátima; MELO, Eduardo; MAKSUD, Ivia. A resposta brasileira à epidemia de HIV/AIDS em tempos de crise. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 12, p. 4599-4608, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.25542019

ALMEIDA, Nemésio Dario. Uso de álcool, tabaco e drogas por jovens e adultos da cidade de Recife. **Psicologia argumento.** Sep. 29(66), p. 295-302, 2011. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20285/19559

ARAÚJO, Evelly Nathália Lira de. Ataques à redução de danos em Recife: o consultório de rua. **Em Pauta**, v. 20, n. 49, p. 253-269, 2022. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/63527/41032

ASSIS, Mércia Cristina da Silva. **Entre Pedras, Prostituição e Lamas: um estudo sobre as experiências das usuárias de crack em Santo Amaro, Recife/PE**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32291

BASTOS, Francisco I.; BERTONI, Neilane. Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Perfil sociodemográfico e comportamental destes usuários: resultados de uma pesquisa de abrangência nacional. In: Bastos, F. I.; Bertoni, Neilane (org.). **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?** Rio de Janeiro: Icict/Fiocruz, p. 45-68, 2014. Disponível em: https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20o%20Uso%20de%20Crack.pdf

BOITEUX, Luciana. Brasil: reflexões críticas sobre uma política de drogas repressiva. **Revista Sur**, v. 12, n. 21, 2015. Disponível em: https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2015/08/Sur-21_Luciana-Boiteux_pt.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.028, de 1º de julho de 2005.** Brasília, 2005.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter:** on the discursive limits of sex. Nova York: Routledge, 1993.

COUTINHO, Tiago. Revisando a terminologia substance, set e setting: o exemplo dos festivais de música eletrônica e os ritos urbanos de consumo de ayahuasca**. Estudos de Sociologia**, v. 1, n. 23. p. 207-249, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revsocio/article/download/235796/28596/109537

DE SÁ, Luana R. M.; FLORES, Andréa. Dimensão Jurídica da Política Nacional de Atenção às Mulheres Encarceradas e Egressas do Sistema Prisional. **Revista de Políticas Públicas.** V. 25, n. 2, p. 834-53, 2021. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/3211/321171229028/html/

DOMANICO, Andrea. História, conceitos e Princípios da Redução de Danos. In: Formigoni, MLOS; Duarte, PCVA (Orgs.). **Redução de Danos: Conceitos e Práticas, Material comemorativo aos 30 anos de redução de danos no Brasil,** 1ª. ed. São Paulo, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD); p. 5-15, 2018. Disponível em: https://www.supera.org.br/wp-content/uploads/2021/04/UNIVESP_SUPERA13_RD_reduzido.pdf

ELIAS, Lucília de A.; BASTOS, Francisco I. Saúde Pública, Redução de Danos e a Prevenção das Infecções de Transmissão Sexual e Sanguínea: revisão dos principais conceitos e sua implementação no Brasil. **Ciênc. Saúde Colet.** Rio de Janeiro, v. 16, n. 12, p. 4721-4730, 2011. Disponível em: https://www.scielosp.org/pdf/csc/2011.v16n12/4721-4730/pt

ESCOBAR, J. Arturo C.; SOUZA, Ingrid D. F. de A.; CARNEIRO, Anamaria F.; VIANNA, Nêmara de A. **Mulheres que usam drogas e o direito ao cuidado:**

**experiências de Redução de Danos com abordagem de gênero e raça em Pernambuco.** Recife: Escola Livre de Redução de Danos, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1tYVVMfx-JN0QJ2r3iR685SUPTdfcXdSg/view

ESCOBAR, J. Arturo C.; VIANNA, Nêmara de A. A transformação social pelo paradigma da redução de danos: população em situação de rua, redução de danos e centro de conivência. In: Lima e Silva, Luciana T. de S.; Castro, Júlia K. de; Rosário, Katharina B. do. **Redução de Danos como Política Decolonial: enfrentamento coletivo e amoroso aos efeitos da guerra às drogas sobre populações em situação de vulnerabilidade.** Santos: UNIFESP, pp. 106-130, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1nXckGZTcHmEjx5RPCNpK7Rk1Cl3uLm9M/view

FORTESKI, Rosina; FARIA, Jeovane G. de. Estratégias de Redução de Danos: Um exercício de Equidade e Cidadania na Atenção a Usuário de Drogas. **Revista de Saúde Pública de Santa Catarina**, v. 6, n. 2, p. 78-91, 2013. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/12/1140451/estrategias-de-reducao-de-danos_um-exercicio-de-equidade-e-cid_cdnKgss.pdf

FRANÇA, Ana Carolina S.; DUARTE, Petra Oliveira; FELIPE, Dara A.; SOUSA, Fabiana de Oliveira Silva. Perfil dos usuários de um centro de atenção psicossocial álcool e outras drogas na zona da mata de Pernambuco. **Revista Ciência Plural.** v. 8, n. 1, p. e25473-e25473, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/25473/14896

GREEN, Carla A. Gender and use of substance abuse treatment services. **Alcohol Research & Health**. V. 29, n. 1, p. 55-62, 2006. Disponível em: https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC6470905/

JALIL, Emília; COUTINHO, Carolina; BERTONI, Neilane; BASTOS, Francisco I. Perfil das mulheres usuárias de crack e/ou similares. In: Bastos, F. I.; Bertoni, Neilane (org.). **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?** Rio de Janeiro: Icict/Fiocruz, p. 85-100, 2014. Disponível em: https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20o%20Uso%20de%20Crack.pdf

LOPES, Helenice Pereira; GONÇALVES, Aline Moreira. A política nacional de redução de danos: do paradigma da abstinência às ações de liberdade. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 1, p. 1-15, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/2858/1886

MEDEIROS, Pollyanna Fausta Pimentel de; RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, Rossana Carla; ALMEIDA, Renata B. F. de; CAMPOS-BOULITREAU, Alda R. L.; Valois-Santos, Naíde T.; MARQUES, Ana Lucia M. Consultório de Rua: cuidado no território na interface entre HIV/Aids, drogas e Redução de Danos. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 136, p. 308-317, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-1104202313620

MESQUITA, Fábio. Redução de danos. **BIS: Drogas & 30 Anos de Redução de Danos**. v. 21, n. 2, p. 10-17, 2020. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/03/1361474/bis-v21n2-drogas-30-anos-de-10-17.pdf

OLIVEIRA, Vânia C. de; CAPISTRANO, Fernanda C.; FERREIRA, Aline C. Z.; KALINKE, Luciana P.; FELIX, Jorge V. C.; MAFTUM, Mariluci, A. Perfil sociodemográfico e clínico de pessoas atendidas em um CAPS AD do Sul do Brasil. **Revista Baiana de Enfermagem.** v. 30, n. 1, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.18471/rbe.v31i1.16350

SANTORO, Antonio Eduardo Ramires; PEREIRA, Ana Carolina Antunes; DE LARA, Maíra Batista. Gênero e prisão: O encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro pelo crime de tráfico de drogas. **Meritum, Revista de Direito da Universidade FUMEC**, v. 13, n. 1, p. 87-112, 2018. Disponível em: https://feccompar.com.br/wp-content/uploads/2023/07/generoeprisao.pdf

SANTOS, Naíde T. Valois; ALMEIDA, Renata B. Fernandes de; BRITO, Ana Maria de. **Vulnerabilidade de usuários de crack ao HIV e outras doenças transmissíveis: estudo sociocomportamental e de prevalência no estado de Pernambuco**. Recife: CPQAM/Fiocruz, 2016. Disponível em: http://scf.cpqam.fiocruz.br/hivcrack/downloads/Caderno_Pesquisa_CrackHIV_Final.pdf

SILVA, Ana Luiza M. de A.; MORENO, Anne C. C.; NEVES, Laís A.; ARAÚJO, Ednaldo C. de, FRAZÃO, Iracema da S. Epidemiological profile of crack users in psychosocial care center for alcohol and other drug users (CAPS AD). **Rev enferm UFPE.** v. 5, p. 2635-43. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/6941

SOUZA, Tadeu de Paula. Práticas em Redução de Danos. In: Surjus, Luciana T. de L. e S.; Formigoni, Maria L. O. S.; Gouveia, Fernanda (Orgs.) **Redução de Danos: Conceitos e Práticas.** 1ª. ed. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). p. 16-30, 2018. Disponível em: https://www.observatoriodesaudemental.com.br/documents/Conceitos%20e%20pr%C3%A1ticas.pdf